



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 65

Sessão Ordinária de Fevereiro

3.ª Reunião de 09-03-2004

Aos nove dias do mês de Março de dois mil e quatro, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Maria Isabel Almeida Velada, André Bastos Malva Quinteiro, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Firmino Marques Ferreira, Fernando Vieira Ferreira, António dos Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Rafael Alexandre Lopes Nevado, António Manuel dos Santos Salavessa, Élio Manuel Delgado da Maia, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Nuno Rosa Silva Barata, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Liz Miguel Marques da Silva, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Victor Manuel da Silva Martins e Joaquim dos Santos Abreu.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Marília Fernandes Correia Martins (saiu da sala às 22.45 horas), Domingos José Barreto Cerqueira, Ângelo Pereira Pires, e Luís Miguel Capão Filipe (entrou na sala às 21:40 horas).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais Jaime Simões Borges, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, por Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Nuno Rosa da Silva Barata, e António Fernando Ribeiro Martins, respectivamente.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves e Armando Manuel Dinis Vieira se fizeram substituir, nesta reunião, por André Bastos Malva Quinteiro e Firmino Marques Ferreira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa

Fernando Vieira Ferreira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, eu peço a palavra para requerer um período extraordinário de antes da ordem do dia, para discussão e análise da implantação da incineradora em Nossa Senhora de Fátima.”

(Entrou na sala o Vogal António Fernando Ribeiro Martins)

Presidente da Mesa

“Não é para chatear, mas terá que me dizer o fundamento legal porque não conheço. Portanto, de qualquer maneira apercebo-me do interesse que haja, em que o plenário discuta esse tema perante a presença de tantos munícipes que presumo sejam da freguesia ou interessados na vida da freguesia. Entretanto, pode haver um período de antes da ordem do dia para intervenção de um munícipe (um ou mais — ainda que sobre o mesmo tema) por cinco minutos como toda a gente sabe.

Está em discussão o relatório escrito do Presidente, que é um bom ponto e é logo o primeiro tema de debate para esse assunto ser enxertado nesse capítulo.

Doutra maneira, e nos termos exactos em que está a propor terá que fundamentar, porque eu penso que não tem apoio regimental.

Depois de ter feito estes esclarecimentos não deixará o assunto de ser debatido, mas teremos que nos enquadrar nas normas que nos regem.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, este Regimento presente pelo qual nós nos regemos neste momento, eu tenho algumas dúvidas que realmente esteja contemplado neste nosso regimento. Mas é prática desta Assembleia e tem sido noutras Assembleias anteriores a esta prática de podermos (quando os assuntos assim o justificavam) abrir períodos extraordinários de Antes da Ordem do Dia.

De maneira que este nosso requerimento não é mais de que um apelo à Mesa e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, para atendendo à oportunidade deste assunto, podermos discutir. E por isso, se a Mesa achasse por bem, poder eventualmente recorrer ao plenário para nós em plenário podermos decidir se realmente este assunto poderia ser pertinente para ser discutido isoladamente. Ou seja, uma vez que houve reuniões na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima em que as pessoas se mostram preocupadas com este assunto, o facto de nessas reuniões, principalmente numa última que houve ontem, o Senhor Presidente da Câmara não poder ter estado presente fez com que houvesse algumas interrogações no ar e que faz com que as pessoas hoje aqui também estejam presentes. E por isso, gostariam de saber qual a posição do Senhor Presidente da Câmara quanto a este assunto. Aliás, todos nós gostaríamos de saber a posição do Senhor Presidente da Câmara quanto a este assunto. Atendendo a que amanhã há uma reunião da ERSUC onde eventualmente este assunto irá ser tratado, pediria ao Senhor Presidente da Mesa, que por sua pessoa, pudesse eventualmente decidir da melhor maneira de este assunto poder ser tratado individualmente e não juntamente com outros pontos da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, porque assim, aquilo que nós iríamos fazer era dispersar um assunto que nós gostaríamos de ver tratado concretamente — e eventualmente até para libertar as pessoas que estão nesta Assembleia e que depois poderiam ir para suas casas descansadas com aquilo que ouvissem por parte de todos nós e do Senhor Presidente da Câmara.

Senhor Presidente, há um ponto sobre o período de Antes da Ordem do Dia, que diz que “discussão e votação de propostas não constantes da Ordem do Dia, das reuniões ordinárias, depende de deliberação tomada por pelo menos dois terços, do número legal dos seus membros, que reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto”. Estou a citar o artigo 19.º, número 5 do Regimento.

Senhor Presidente, nós temos um requerimento – está dactilografado, era isso que o Senhor Presidente da Junta Fernando Ferreira, ia para ler.”

Presidente da Mesa

“Com certeza. Como a leitura não chegou ao fim, não passou sequer do princípio, não sei se é ultimado com uma proposta ou não?”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“É.”

Presidente da Mesa

“Encantado. Dividimos isso em dois pontos: um é a intervenção e vamos ver como é que se enquadra isso; segundo é a proposta de deliberação que tem que ter dois terços; é um segundo momento — tem uma exigência de maioria.

Ocasionalmente têm sido abertos debates generalizados sobre diversos temas não agendados — aceito que sim.

Se não houver objecção e para nos atermos às regras regimentais, mas também aos interesses em jogo e à comodidade das pessoas que aqui vieram, eu propunha a seguinte maneira de trabalhar: entrávamos no ponto (estou a pôr neste momento uma mera hipótese), da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal (que se calhar se limita a confirmar o teor da sua comunicação) e eu darei a palavra em primeiro lugar ao Presidente da Junta, o Sr. Fernando Vieira Ferreira, que abordará o tema. Se não houver objecção do plenário abrir-se-á um debate generalizado sobre o assunto e se não houver objecção do Senhor Dr. Alberto Souto (ele dirá o que lhe aprouver sobre a matéria) — tudo isto dentro do ponto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal.

Quanto à proposta, que é afinal...não tem cabimento falarmos sequer nela, antes do debate, nessa altura terá que se deliberar, ver se há maioria necessária para que possa ser enxertada. É assim.

Em termos do plenário pergunto se há objecção a este esquema, adaptado às circunstâncias?

Não há objecção, muito bem.

É que se abrir um período de Antes da Ordem do Dia vai-se debater tudo quanto for debatido e o Presidente da Câmara intervêm no fim e diz aquilo que quiser. Nessa altura será já meia-noite — um bocado exagerado talvez!”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente da Mesa, eu acho que o Senhor entendeu na perfeição aquilo que era a nossa intenção, que era realmente debater este assunto primeiro independentemente de ser no período da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara. E penso que a solução quanto a nós é avisada.

Gostaria só de lhe dizer, que aquilo que nós estamos a requerer e que iríamos propor era exactamente a discussão. E por isso, como é a discussão, acho que poderemos então seguir a sugestão do Senhor Presidente.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara remeteu para a Comunicação Escrita a apresentação dos assuntos abordados, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia

Vogal Fernando Vieira Ferreira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Era só para que o Senhor Presidente da Câmara tivesse em conta que no dia 6 de Março houve uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, e deliberou por unanimidade, que a Freguesia não queria a incineradora. Tem vários problemas, entre eles o problema que tem a ver com a saúde pública. Era só para que o Senhor Presidente da Câmara tivesse isso em conta.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Isto parece-me um pouco estranho, visto que esperava acima de tudo, se há uma deslocação de um sector da população (da população de uma freguesia), para colocar um determinado problema e que consegue fazer a sua discussão, esperava que houvesse antes das intervenções das forças políticas uma exposição mais aprofundada sobre o assunto, em que fosse argumentado os pontos de vista da população!

Assim, dado que isso não aconteceu (e salvaguardando) permita o Senhor Presidente uma segunda intervenção quando esses argumentos forem esclarecidos.

É sabido que nós temos um problema com o destino a dar aos resíduos sólidos urbanos. Entre as medidas que são usadas para dar tratamento, para dar solução a esse problema que nós sentimos de uma forma muito viva no nosso concelho, dado que nós recebemos o lixo de toda uma região envolvente — quer da região do Vouga, quer já mesmo mais para norte do distrito, recebemos esses lixos no aterro de Taboeira (que não é municipal).

Um aterro que foi pensado para 10 anos e que em breve estará a caminho da sua saturação. Daí que é legítimo que no concelho se questione o que vai acontecer a seguir à saturação do aterro de Taboeira.

É sabido que quando foi da criação do aterro, havia um compromisso por parte da ERSUC de haver alguma rotatividade na colocação dos novos aterros que fossem criados. Isto é, que o novo aterro não seria no concelho de Aveiro, mas sim num outro qualquer. Aparece entretanto a ERSUC com uma estratégia diferente!? Uma estratégia que olha para a incineração dos resíduos urbanos!

Aquilo que o PCP já disse a propósito deste problema, ou melhor, a propósito desta ideia concreta é que: acima de tudo o processo estava a ser extremamente confuso. Isto é, a ERSUC parece que tem lançado balões de ensaio para ver onde é que pega, para ver qual é o sítio onde pega. Portanto, a localização já vem desde Anadia, tem vindo por aí a cima, até agora chegar ao concelho de Aveiro. Não há nenhuma razão que nos tenha sido apontada do ponto de vista político, que justifique a abertura (se ela não existiu na realidade, pelo menos foi perceptível na comunicação social), que havia alguma abertura por parte da Câmara Municipal ou pelo menos do Senhor Presidente da Câmara, para que esta solução (incineradora) fosse instalada.

Portanto, nós não percebemos qual é a razão porque é dada essa abertura!? E em relação à solução propriamente dita, nós temos algumas dúvidas - não temos certezas, temos algumas dúvidas. É sabido (e portanto eu não vou estar aqui a fazer demagogia, nem a mentir, nem a dizer coisas contrárias aquilo que é a realidade), é sabido que em concelhos em que a CDU tem a gestão ou teve a gestão desses concelhos foram criadas incineradoras de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente a de S. João da Talha. Portanto, não vou estar aqui a dizer o contrário da verdade. E é sabido também que a incineradora de S. João da Talha ajudou a resolver os problemas de um conjunto de concelhos de Lisboa, Vila Franca de Xira, Loures, etc., com essa solução. Entretanto, é bom que se diga o seguinte: que a solução foi criada pela falta evidente de alternativas e perante um problema enorme que é um problema do lixo de toda aquela área urbana, aquela massa urbana de enorme dimensão. E as soluções técnicas que foram apresentadas foram no sentido de ser claramente uma incineradora de resíduos sólidos urbanos e não de outra coisa qualquer, contrariamente aquilo que hoje tem aparecido na comunicação social que aponta que parte dos resíduos industriais seja tratados nesta incineradora (pelo menos é isso que surgiu). Tal como a CDU, o PCP, pugnaram por as soluções técnicas mais caras (dois milhões e quinhentos mil contos), do que aquilo que o governo pretendia na altura. Portanto, as soluções técnicas deram todas as salvaguardas necessárias para a qualidade do ar, com reflexo na qualidade de vida das populações. Portanto, não me parece que haja neste momento, para além de critérios objectivos que justifiquem uma localização num sítio específico, dado que esse sítio foi mudando ao longo do tempo, como o facto de se perceber que a ERSUC pretende soluções baratas, o que é um risco adicional em cima dos riscos que eventualmente existam com a incineração, é de questionar tudo isto. Portanto, espero que a intervenção do Senhor Presidente esclareça o porquê da abertura, o porquê da eventual localização — e dessa perspectiva eu compreendo que as populações possam estar preocupadas, porque nunca é pacífico uma solução deste tipo, nunca é pacífico. Penso que se fosse um aterro sanitário as coisas colocar-se-iam quase da mesma maneira. Mas que existe um problema real que é o problema do destino dos resíduos sólidos urbanos é verdade e terá que haver alguma solução num sítio qualquer, mas por uma razão de justiça mínima, dado que nós suportámos o aterro, seria uma questão de justiça mínima que agora a solução fosse encontrada noutra local.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Surpreendidos que fomos por esta manifestação – legítima, entendível, compreensível, e aceitável, diria até natural, eu gostaria em primeiro lugar de saudar a deslocação de toda a gente que aqui veio na defesa dos seus próprios interesses e em primeiro lugar também garantir a esta gente, que certamente será o porta-voz, para a gente que em casa ficou, de que o CDS estará incondicionalmente ao lado da defesa dos interesses dos municípios deste concelho.

Segundo lugar, para achar muito estranho, e para criticar, para verberar, para condenar, mas ao mesmo tempo para dizer a toda esta gente que esta tem sido a posição normal desta Câmara, que quando confrontada com um assunto desta natureza, desta índole e desta ordem, podendo - como podia e devia - ter pegado na palavra e o assunto morria aqui. Porque a Câmara esclarecia e dizia: - meus amigos, ide para casa descansados que aqui nada se passa. Não! A posição do Senhor Presidente é esta, normal, de perna cruzada, sou todo ouvidos, para depois me poder defender. Esta tem sido a posição, esta tem sido eu diria a actuação desta Câmara ao longo deste tempo... (agradeço Senhor Presidente, que explique ao Senhor Presidente da Câmara, que o tempo em que ele poderia ter feito a sua intervenção já passou; não o fez, agora tem que aguardar serenamente pela explanação da

posição de cada uma das bancadas, elas também legitimamente eleitas, elas também legítimos representantes dos interesses dos munícipes deste concelho).

Diria também Senhor Presidente, reportando-me um pouco à história, que esta história vem de longe e o Senhor sabe Dr. Carlos Candal (melhor do que ninguém se calhar nesta sala), sabe e entende, que esta história vem de longe; e sabe e entende que esta história vem de Estarreja, vem de Vagos; sabe e entende que esta história neste concelho sempre teve arautos, paladinos, gente que contra situações destas esteve com motivos, com argumentação válida, com argumentação credível e que não baixaram os braços. E o Senhor, Dr. Carlos Candal, exemplo que é para a política deste concelho e deste país, foi um deles. Colegas seus de Partido como o Dr. Manuel Alegre em Coimbra fizeram a mesma coisa; colegas seus de Partido como o Dr. Fausto Correia em Coimbra fizeram a mesma coisa. E agora, aqui, anos depois, aquilo que se não entende que não se consegue nem se pode entender, é que esta Câmara liderada por este homem o Dr. Alberto Souto Miranda, não consiga explicar nem dizer abertamente à população que aqui está, e a nós, seus representantes, que não quer a incineradora no concelho de Aveiro por este motivo, por este motivo e por este motivo. Ainda nada foi dito; nada está decidido certamente, mas amanhã há uma Assembleia-geral importante, e essa é a Assembleia-geral da ERSUC, e o Senhor sabe muito bem. E por falar em ERSUC e remontando também ao passado, os Senhores também sabem muito bem que foi convosco, e sob proposta do Dr. Armando França Presidente da Câmara de Ovar, que a ERSUC ao regime então adoptado para a ERSUC aderiram 4 novos municípios, com o acordo (ou pelo menos sem o voto contra) da Câmara de Aveiro.

Aquilo que era a lixeira ou o aterro de resíduos sólidos de Taboeira está neste momento a servir 14 municípios em vez de servir 10. O problema quadruplicou, até porque como todos sabem, a quantidade de lixo que esses 4 municípios produzem é igual à que os outros 10 produzem. E neste momento estamos aqui perante uma situação em que na altura o Executivo Socialista, diferente deste, mas Socialista na mesma, assumiu e deixou que 4 municípios – e pasme-se a ironia que nessa altura quando se discutia a Regionalização já queriam ir para a Região Norte; hoje em dia quando se discutem as Áreas Metropolitanas fazem já de livre vontade parte da Área Metropolitana do Porto. E foi este Presidente da Câmara, e foi este município, que aceitou que esses mesmos 4 municípios aqui depositassem o seu lixo, mas levando a sua riqueza daqui para fora, para a Área Metropolitana do Porto.

Qual incineradora? Sabemos que não são 14. Sabemos que se esta Câmara estiver a favor da incineradora — não sabemos nada ainda, mas sabemos que se esta for a posição desta Câmara, que esta incineradora pelo menos servirá 36 municípios, que são os actuais associados da ERSUC. E poderá servir mais. Poderá ir até à Guarda, poderá ir a Castelo Branco, eu sei lá...

E a questão em torno desta questão é permanentemente esta: eu não sei quantas vezes o Senhor Presidente da Câmara já terá dito a alguém que é contra esta incineradora.

Eu não sei quantas vezes o Senhor Presidente da Câmara ou este Executivo já terão dito publicamente que são contra este tipo de equipamentos neste concelho. Posso ter andado desatento mas não ouvi uma única vez!

Aquilo que esta gente hoje aqui precisa (e eu incluo-me nesta gente) é que a mesma posição que o Partido Socialista pela mão dos seus mais dignos e ilustres representantes na altura, também sejam coerentes com aquilo que disseram no passado. E não me venham cá com histórias de que é melhor em Fátima do que em Estarreja porque os ventos predominantes são de Norte!? Não, não é. Não é verdade, não é nada disto. Fátima é a nossa terra, faz parte da nossa terra, assim como Oliveirinha, assim como Eixo, assim como Requeixo, assim como qualquer uma freguesia. E Senhor Presidente da Câmara, deixe-me dizer-lhe

que se a Câmara equaciona isto e tem vindo a discutir, tem vindo a programar, tem vindo a planear, tem vindo a tomar opções estratégicas que sejam embora não vinculativas (e notem que nenhuma das opções é vinculativa ainda: nem o NÃO, nem o SIM), esta Assembleia terá sempre uma palavra a dizer. Muito mal lhe fica Senhor Presidente fazê-lo distante das populações. Muito mal lhe fica Senhora Câmara, discutir, assumir a luta por equipamentos deste estilo, distante das populações. (ouvem-se vozes) Chame-lhe o que quiser, chame-lhe demagogia, chame-lhe o que quiser. Nós se aí estivéssemos nunca faríamos tal coisa.

Sempre o discutimos abertamente e sempre estivemos do lado da razão. E se outros não quiseram, a mim nada mais me resta dizer do que: eu não utilizo nem mais um dos argumentos que o Partido Socialista, liderado pelo Dr. Carlos Candal, utilizou contra a incineradora em Vagos. Nem mais um! Todos eles na altura eram válidos, todos eles hoje em dia continuam válidos. Aliás, todos eles têm ainda mais força porque agora se trata da nossa terra.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Começaria por dizer que se nota que, em Aveiro, os munícipes andam preocupados com o destino que nós vamos dar aos nossos lixos. E já temos tido neste curto espaço de tempo várias manifestações de munícipes que organizaram sessões de esclarecimento. Por isso acho importantíssimo que em Cacia, há coisa de uma semana e meia e ontem em Nossa Senhora de Fátima, tivesse havido esta iniciativa da nossa sociedade civil, em preocupar-se por um assunto que é um assunto também de todos nós, mas também do poder político. Porque ao fim e ao cabo é o poder político que tem que decidir qual o destino que tem que dar e qual o melhor destino que tem que dar aos lixos que todos nós fazemos, de maneira a preservar não só o ambiente onde nós hoje vivemos, mas também o nosso futuro.

Apesar destas manifestações que se têm verificado no nosso concelho, verificamos que o Senhor Presidente da Câmara pouco tem dito aos seus munícipes acerca deste assunto. E esta iniciativa não é mais do que pedir ao Senhor Presidente da Câmara que nos diga qual é a sua posição – porque é o nosso legítimo representante, não tenho dúvidas, o Senhor Presidente da Câmara foi aquele que foi mais votado para Presidente da Câmara nas últimas eleições e por isso é o nosso legítimo representante. E por isso é aquele que amanhã vai, em nome de todos nós, na Assembleia-Geral da ERSUC, decidir. E nós gostaríamos de saber o quê.

E mais do que saber o quê, gostaríamos de saber o que é que o leva a decidir. Ou seja, em que é que se baseia, quais são os seus estudos, quais são as suas motivações para amanhã poder tomar uma posição, seja num sentido seja noutra sentido, ou não tomar posição nenhuma. Por isso, é de extrema importância nós sabermos o que é que o nosso Presidente da Câmara pensa sobre um assunto tão importante como este.

Mas entretanto, houve várias fontes, vários documentos que nos foram chegando, e como já disse aqui numa Assembleia gostaria muito que esta Assembleia realizasse uma Assembleia Extraordinária para discutir este assunto. Talvez hoje possamos, esperando ainda ir a tempo, poder despoletar essa Assembleia Extraordinária com técnicos competentes que nos possam elucidar das diferentes vertentes desta problemática. Mas há estudos a que nós entretanto fomos tendo acesso. E um deles parece-me importantíssimo e relevante. É o estudo que a Hidroprojecto, uma empresa conceituada, fez para a ERSUC em Maio de 2000. E parece que é com base nesse estudo que há agora uma decisão, mas com base só em algumas partes do estudo, não com outras partes do estudo! É que nesse mesmo estudo da Hidroprojecto conclui-se que a incineração é mais cara!? Só seria mais barata a incineração partindo de um pressuposto, que é um pressuposto errado. É partindo do

pressuposto que para tratamentos ecologicamente benéficos estaria a haver uma comparticipação da Comunidade Europeia exactamente no mesmo montante que para a incineração. E isso é uma falácia; isso não é verdade!

Sabemos que nem sequer 50%, que foi quanto foi dado para os outros sistemas de incineração em Portugal, não vai ser sequer contemplado neste projecto. Porquê? Bom, porque entretanto já passaram mais alguns anos, já há mais estudos, já se sabe que a incineração só tem de vantajoso o aspecto da valorização energética. Mas tem uma série de desvantagens. Há outros processos ecologicamente melhores. Economicamente mais rentáveis e que são melhores. É que, hoje em dia, já nós podemos usar outras alternativas ecologicamente favoráveis. E isso também é dito no relatório da Hidroprojecto, só que parece que está a ser omitido. E aquilo que falo já tem sido dito pelo menos pela QUERCUS, que tem alertado para este assunto. Eu tenho aprendido, tenho sido um aluno da QUERCUS ao ir às sessões de esclarecimento que a QUERCUS tem realizado. E já aprendi também que o tratamento mecânico-biológico que a própria Hidroprojecto fala no seu estudo e diz que é «realmente melhor porque é mais barato»; é melhor porque demora menos tempo a implementar; é melhor porque ecologicamente não perturba tanto o ambiente. Ou seja, qual é a razão para não se ir para uma solução que é mais barata, é melhor, que é mais rápida de se implementar? Por isso o Senhor Presidente da Câmara tem muito que nos explicar.

Mas há um outro documento, agora este da ERSUC, penso que exactamente do seu Conselho de Administração, da sua última reunião de 4 de Fevereiro, em que também se refere à incineração. É que esse documento diz-nos que quando se está a pensar na implantação da incineração, não é só a incineradora, não é só uma fábrica que vamos montar; é que, para além da incineradora, tem que haver ao lado uma unidade de tratamento e valorização de escórias (escórias são resíduos industriais perigosos), necessita de um aterro sanitário de apoio e de mais 3 estações de transferência de resíduos sólidos urbanos, para além de outro género de infra-estruturas de apoio. E mais: este mesmo documento refere que a ERSUC para isto tinha pedido um apoio de 85%. E o próprio documento reconhece que a ERSUC não poderia de maneira nenhuma ter definido e ter previsto exactamente este montante. Porquê? (eles próprios o dizem): “Porque o financiamento de 85% apresentado contraria os 25% definidos para a unidade de incineração prevista na estratégia nacional para a redução dos resíduos urbanos biodegradáveis”. Ou seja, para a própria ERSUC, os técnicos da ERSUC não sabem bem, e por isso mostram que não dominam ainda sequer estes assuntos.

Ou seja, nós podemos estar a colocar-nos nas mãos de gente que não sabe tratar destas coisas. E nós também temos outros exemplos, que é a questão do aterro de Cacia-Taboeira, em que se verifica também que há ali uma série de problemas reconhecidos pelo próprio técnico, que reconhece que há certos problemas com a própria estação de tratamento de águas residuais — como é que pode ser? Como é que pode ainda não haver solução para este género de aterros, simples aterros, quanto mais para uma eventual incineradora?

Concluindo então, a ERSUC não sabe o que anda a fazer, e por várias razões. Ainda, a própria ERSUC prevê aqui que haja depósitos de municípios como a Feira! Ou seja, a Feira que não quer estar com Aveiro, depois manda para cá o lixo? E a ERSUC continua a aceitar? Continua a aceitar só porque a valorização energética é maior? Será esse um argumento para nós de podermos dizer: sim, sim, a Feira mande para cá o lixo para nós podermos vender mais energia! Parece-me que não é por aí que nós devemos ir.

Este mesmo documento ainda refere outra coisa: refere uma terceira linha de incineração. Segundo me informaram, terceira linha de incineração significa um volume maior de lixos. Ou seja, como já não há mais resíduos sólidos urbanos, ou lixos urbanos, vamos buscar

então lixos das próprias indústrias para poder aumentar o volume de energia que vamos continuar a distribuir.

Parece-me que não é por aqui que nós devemos ir e a questão que se coloca é: então e a incineração é realmente perigosa? Bom, e para isso eu procurei responder, é a minha área de competência. Eu sou Químico e de maneira que recorri a uma revista que é o “Boletim da Sociedade Portuguesa de Química” que mostra aqui a toda a página estas estruturas químicas e estes anéis aromáticos que se vêem aqui – estas bolas que estão aqui, com estes cloros, são aquilo que nós chamamos “dioxinas e dibenzofuranos”. Estas dioxinas e dibenzofuranos são produzidos pela queima, principalmente quando a queima não é eficiente. E nós já vimos que estes nossos técnicos da ERSUC pelos vistos fazem as coisas, mas a meio. Porque os cheiros são controlados (mas não são todos); as águas e os lixiviados são controlados (mas não são todos). Por isso quem é que nos garante que a qualidade do ar vai ser controlada? E por isso temos aqui eventualmente um problema de controlo da queima.

Diz a certa altura (tem dois artigos científicos sobre esta questão das dioxinas e dibenzofuranos) «fontes principais emissoras de dioxinas e dibenzofuranos para a atmosfera: processos de combustão, fontes estacionárias, incineradoras de resíduos municipais, incineradoras de resíduos tóxicos perigosos, incineradoras de resíduos hospitalares, combustão de lamas da exploração de ETARs...» e por aí adiante. Ou seja, a incineradora de resíduos urbanos liberta para a atmosfera dioxinas tal como liberta qualquer outra incineradora. E podemos ver também aqui... «então mas estas dioxinas o que é que fazem?» Eu posso-vos ler só um parágrafo de um dos artigos: «estas substâncias encontram-se entre as substâncias mais tóxicas já criadas pelos seres humanos. Para se ter uma ideia da seriedade do problema relacionado com a exposição ambiental ou ocupacional a estes compostos, pode citar-se o episódio ocorrido em Seveso (Itália) no ano de 1976, quando uma explosão num reactor, libertou uma nuvem contendo uma destas dioxinas que foi responsável pela morte de 50 mil animais. Os efeitos a longo prazo que esta exposição pode ter sobre a saúde dos seres vivos expostos, principalmente homem e animais, ainda continuam a ser avaliados».

O outro artigo tem um estudo de Inglaterra (porque estes estudos nós ainda não os temos): «a combustão dos resíduos sólidos urbanos significa a emissão de entre 50% a 80% das dioxinas para a atmosfera». Perguntam assim: mas então a combustão dos resíduos sólidos urbanos não liberta muito menos dioxinas do que os resíduos industriais perigosos? Liberta. Mas estávamos a falar de um volume muito pequeno comparado agora com a quantidade de resíduos sólidos urbanos que nós vamos ter que incinerar. E o problema está na quantidade. É que podemos emitir pouco de cada vez, mas como estamos a ter uma unidade que vai funcionar 24 horas por dia durante todo o ano, nós vamos ter problemas muito sérios, mas mesmo muito sérios, para podermos controlar as dioxinas que são libertadas nas nossas chaminés. E estas dioxinas têm um grande problema: é que as dioxinas não só afectam as pessoas de Nossa Senhora de Fátima ou de Oiã, mas afectam-nos a todos. E aliás, podem não só afectar-nos a nós, que vivemos aqui perto, como pessoas que vivam muito mais longe. Porquê? Porque essas dioxinas que são libertadas são pesadas, ou seja, descem. E descem e incorporam-se na cadeia alimentar. Ou seja, são os animais que comem as ervas, são os animais que bebem a água dos rios, são os animais que depois nós vamos comer que entram (estas dioxinas) na cadeia alimentar. E estas dioxinas são compostos altamente tóxicos. Não é preciso uma grande quantidade para provocar o cancro.

E digo-lhe mais, só para terminar, queria ler então este bocadinho. Diz aqui que «nos países mais industrializados do norte da Europa, como a Alemanha, Reino Unido, Holanda, ... os níveis de dioxinas encontrados em seres humanos começam a estar

perigosamente próximos da dose que se estima ser capaz de produzir os primeiros sintomas de toxicidade em seres humanos e animais».

Ou seja, já que nós somos atrasados, “deixe-nos continuar a ser atrasados” e não repetamos exactamente os mesmos erros que os países mais desenvolvidos, mais industrializados, já cometeram. Vamos aprender com os erros dos outros e vamos querer para nós uma solução melhor, mais sã do ambiente, para que os nossos filhos e os nossos netos possam continuar a viver em Aveiro e ter uma vida saudável, com a qualidade do ar que nós hoje felizmente ainda conseguimos ter, mau grado algum mau cheiro que de vez em quando possa aparecer.

Com isto tudo, já que o Senhor Presidente da Câmara não tinha nada para dizer a esta Assembleia, pode ser que agora, com base nestes números que eu aqui lancei, com base nestas reflexões, que o Senhor Presidente da Câmara nos possa dar então as suas motivações para dizer o que é que o leva a defender que uma incineradora possa vir a ser instalada em Aveiro. Até digo mais: como é que uma incineradora pode vir a ser instalada em Portugal? Porque o problema não se passa só em Aveiro. O problema passa-se em qualquer parte. Nós, como políticos, temos de ter a consciência daquilo que estamos a fazer neste momento, sabendo que há outras soluções, que são muito mais limpas e que toda a gente iria ficar muito melhor. É uma questão de saúde pública nós podermos neste momento decidir e aqui, consciencemente, podermos dizer que não queremos uma incineradora em Aveiro, nem ficarmos contentes se houver alguma incineradora nalgum outro sítio deste país para onde vão os nossos lixos e podermos optar por uma solução que seja economicamente e também ecologicamente mais vantajosa para todos nós.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu começava por entrevir sublinhando e enfatizando as palavras do Senhor Salavessa, a quem cumprimento pela seriedade da sua intervenção. E penso que é manifesta a razão das suas palavras, porquanto hoje a discussão deste tema, sem que elementos concretos sejam fornecidos a esta Assembleia, não pode passar de uma mera discussão de generalidades sem que uma reflexão ponderada possa ser feita.

Desde logo também, e o Prof. Manuel António nessa parte abordou uma das questões que se coloca, é inclusive a montante, ao nível da adequação do meio, ou seja, se a incineração é um meio adequado para o tratamento de resíduos, que é uma questão que (passo a redundância), contamina toda a discussão subsequente à matéria da gestão dos resíduos urbanos.

Agora há uma posição com a qual nós nunca concordámos. Nunca concordaremos e não podemos deixar de rotular de pura demagogia, que é a questão (para usar uma frase conhecida em Inglês) “not in my backyard”, ou seja, em português “não no meu quintal”. Que é uma posição que obviamente levada ao limite torna ingovernável qualquer política de tratamento de resíduos, porquanto em algum sítio (havendo produção), ele se terá que colocar. É evidente que têm que ser ponderados quais são os elementos e quais são os factores. Pura e simplesmente dizer aqui não é evidente que nós podemos concordar do ponto de vista emocional. Eu pessoalmente não tenho qualquer simpatia pela ideia de uma incineradora em Aveiro, mas é evidente que tenho que estar aberto a argumentos de natureza racional que me possam ser explicados, porque manifestamente não o foram até ao momento — e isso que fique claro.

Agora não posso deixar e seguramente o Senhor Presidente da Câmara não deixará de o fazer, mas a insinuação de que o Senhor Presidente da Câmara se recusou hoje a falar é inteiramente falsa. Sendo certo que todos nós presenciámos que foi o Senhor Presidente da

Assembleia Municipal, no uso das suas prerrogativas e poderes, que fixou o modo como esta sessão está a decorrer e ficou claro que no final das nossas intervenções o Senhor Presidente da Câmara falará. E portanto, é manifestamente injusto, dizer que o Senhor Presidente da Câmara se recusou a falar quando não lhe foi, obviamente, nem poderia deixar de ser... eu vou prosseguir, porque há matéria onde se pode exercer demagogia e esta é seguramente uma delas. E eu estou recordado que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, alvitrou, que o Senhor Presidente da Câmara faria o favor a esta Assembleia dando por reproduzida a sua Comunicação para poder em seguida seguirem-se as intervenções de bancada, para depois passar a usar da palavra sobre este tema. Foi essa a sugestão dada e bem pelo Presidente da Assembleia. Foi isso que de um modo cordato e inteligente, o Senhor Presidente fez, precisamente em cumprimento da sugestão que foi dada pelo Presidente da Assembleia. Foram estas as palavras que manifestamente todos nós ouvimos.

E portanto, reportando-me e para concluir, com as palavras que de um modo ou de outro foram já proferidas por esta Assembleia, nós reportamo-nos aos esclarecimentos que o Senhor Presidente tenha por certo dar, sendo certo que qualquer deliberação que vincule o município relativamente a esta matéria tem que ser dada nos termos da lei por esta Assembleia. E portanto, qualquer adesão a um sistema desta natureza não pode deixar de passar por uma participação de uma associação deste município, que nos termos da lei terá que passar por esta Assembleia, o que obviamente impede qualquer decisão que possa ser sem mais tomada pela câmara municipal.”

Vogal Diamantino Jorge (IND.) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Esta sessão é manifestamente interessante e importante para todos nós. De acordo com as suas interpretações, termos uma intervenção, porque além da intervenção cívica, há também a intervenção ao nível do desenvolvimento do território que pode eventualmente ser afectada por uma boa ou má escolha.

No entanto até agora, sinceramente, sinto-me, e foi até mais por esta razão que pedi o uso da palavra, sinto-me confuso e nada esclarecido. Penso contudo que este tema, esta matéria, não será certamente objecto de decisão do “já” do “agora”, do “imediato”. Há-de ser objecto de um grande debate que permita de facto vir a recolher elementos para que num futuro próximo todos possamos emitir opinião mais avalizada. Todavia, face ao que foi dito, eu digo que fiquei confuso e nada esclarecido porque nada se falou e certamente também não seria ainda oportuno, mas será de todo em todo oportuno em próximas reuniões de Assembleia falar do processo tecnológico que está subjacente à instalação de uma unidade industrial desta natureza.

Tendo em conta a natureza química, biológica e orgânica e física até, dos materiais a tratar, seja também porque em consequência do processo industrial que possa vir a ser instalado numa unidade a funcionar em qualquer parte do território terá sobre o ambiente, nas suas componentes biológicas, na sua componente físico-química, na sua componente saúde pública (para citar apenas algumas). De facto ainda não estão carreados para a discussão relatórios, elementos, e opiniões avalizadas para podermos estar aqui com alguma fleuma a poder colocar as questões nos termos em que estão a ser colocadas. E eu sinto necessidade do esclarecimento destas matérias. Porque provavelmente alguns de nós, e como isto é matéria para demorar algum tempo a implementar, daqui a dois anos não estarão cá e eu quero antecipar de algum modo a minha percepção deste problema. E daí o precisar de enquanto membro desta Assembleia ter elementos relativos ao processo tecnológico de uma unidade industrial desta natureza e às consequências ou impactes de

uma unidade industrial sobre o meio ambiente nas suas componentes biológicas, nas suas componentes físico-químicas e de saúde pública.

E ainda, também, penso que será relativamente importante sabermos se porventura ou como porventura funcionará noutros sítios uma unidade industrial assim concebida em termos de participação de poder local, porque não sei de facto, desconheço, como é que o poder local, desde as Juntas de Freguesia, através das associações, poderão influenciar a administração e a gestão de um empreendimento desta natureza. Penso que esta componente da participação do poder local, numa unidade desta natureza, é outro elemento de facto a ter em conta no futuro.

Entretanto, só porque se diz que e foi aqui dito, da saciedade de uma unidade industrial desta natureza advém os maiores perigos para a humanidade. Eu devo dizer que algumas, não são muitas, incineradoras que existem neste país, uma delas é tecnologicamente controlada nas suas componentes ambientais pela Universidade de Aveiro. E gostaria, se fosse possível, de trazer a esta Assembleia por exemplo o Prof. Carlos Borrego a elucidar-nos de qual o impacto de uma unidade desta natureza sobre o nosso ambiente aveirense.

Por outro lado e só porque enfim, não tenho hipóteses de ler alguns ensaios científicos, mas tenho conhecimento de facto de que por exemplo, Paris tem duas incineradoras, Londres tem uma! Mas espante-se, que os nossos vizinhos ali a seguir a Vilar Formoso, em Barcelona, irão instalar uma incineradora – isto é apenas só para citar - copiada de uma incineradora portuguesa. Mais. Os seus quadros são formados, dada a experiência adquirida pelos portugueses, nessa unidade portuguesa.

Tendo em conta, e presente, todos estes elementos, eu sinto-me de facto como deputado, como cidadão, e obviamente também como Presidente de Junta de Freguesia de Requeixo, confuso e perplexo perante aquilo que aqui foi dito. E gostaria, portanto, pediria ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, através do Senhor Presidente da Mesa, que este debate de facto fosse muito alargado e mais esclarecedor para podermos tomar uma posição no futuro.”

Presidente da Mesa

“Esta problemática dos resíduos é um problema moderno, da sociedade moderna, em evolução. Soluções... todos os anos aparecem pontos de vista novos e diferente; soluções diferentes de tratamento e há até países que não tratam os lixos tóxicos, os lixos perigosos, e criaram parques de estacionamento onde os lixos são numerados, catalogados, à espera de soluções químicas para o respectivo tratamento — Parece que é a melhor solução!

Em 1995, durante o ano todo praticamente, andei envolvido nisso: contra a incineradora de Estarreja que além do mais era uma incineradora (uma incineradora é uma fábrica), previa-se a compra de um equipamento em saldo que já estava fora de moda — era mais barato porque já não se usava em sítio nenhum. Uma das razões da minha reserva era essa, era a incineradora em Estarreja.

Porque isto do tratamento dos lixos, para além do problema nacional e do problema social, tem subjacentes problemas económicos. Porque há as incineradoras de pirólise de plasma que não têm sequelas — só que são brutalmente caras. Portanto, não é solução generalizada, nem sei mesmo onde é que há – sei que há em Inglaterra uma.

E depois as asneiras que se façam nisto ... e a propósito há uma cidade nos Estados Unidos que está há 40 anos a procurar emendar as sequências negativas de um tratamento (não sei exactamente qual), incorrecto dos lixos. Na Bélgica o tratamento incorrecto dos lixos deu esta graça: passou para os vegetais, passou para as vacas, passou para o leite das ditas e depois começou a aparecer elementos tóxicos no leite das mulheres que amamentavam os filhos. São problemas muito graves.

A verdade é que esta faiena em que eu me vi envolvido, data de 1995. Tinha contra mim o Eng.º José Sócrates do Partido Socialista e dois terços do Partido Socialista; tinha contra mim a Ministra do Ambiente que é actualmente a Senhora Doutora Teresa Patrício Gouveia; o Manuel Alegre nessa altura andava a fazer versos não falou sobre isso; portanto, isto é antes do governo socialista. Depois o Sócrates mudou de posição e voltou a falar comigo porque tinha praticamente cortado relações comigo.

Nessa altura o panorama em Aveiro era a QUERCUS, uns mais teóricos, uns activistas; o CDS/PP dizia que era preciso fazer uns referendos; o PSD não se opunha, era a favor; O PS, já expliquei como é que era, também eram mais ou menos a favor em termos partidários; só o Partido Comunista é que estava contra e dava a cara.

Depois disso terminou, fiz uma intervenção no plenário da Assembleia da República com a sala cheia de gente que se deslocou, mas até agora praticamente pouco evoluiu todo este panorama.

Devo dizer no entretanto, porque é importante que se diga, temos que debater isto seriamente. E agradecendo as achegas do Prof. Manuel António Coimbra — em 95 não me lembro de o ter visto mas admito que já estivesse empenhado.

Agora, falou-se aí na Universidade de Aveiro. Havia um parecer técnico de um departamento anexo à Universidade de Aveiro que era a favor disto e de quem eu tive de dizer muito mal. A quem tive de chamar mercenários — tinham vendido o parecer. Dá-se pareceres para tudo — é uma questão de preço às vezes.

Vamos debater isto com serenidade e calma e com sentido colectivo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu começava por lembrar as palavras do Senhor Presidente, que procurei respeitar e não falar no tema antes de dar oportunidade aos partidos políticos de se expressarem.

Afinal esse meu respeito pela Assembleia deu azo a que em duas intervenções a Assembleia tivesse sido desrespeitada e a palavra do Senhor Presidente esquecida, ou foi por falta de respeito, ou por distração, o que é também uma falta de respeito, porque não acredito que tenha sido de forma deliberada.

Quer o Senhor Deputado Diogo Machado, quer ao Senhor Deputado Manuel Coimbra, acusaram-me, obviamente injustamente, toda a gente aqui na sala ouviu, de não ter crido apresentar esclarecimentos, quando eu estava pura e simplesmente a dar oportunidade no respeito, pelas palavras do Senhor Presidente da Assembleia, para os partidos se exprimirem. E não só não me eximi a exprimir o meu ponto de vista nessa ocasião, como não me eximi, à exaustão eu diria, de conversar demoradamente com toda a população da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que teve oportunidade de estar presente na reunião aberta de Câmara, que tivemos aqui há duas semanas (se a memória não me atraiçoa). Nessa altura foram colocadas variadíssimas questões, muitas dúvidas, muitas preocupações e durante 3 horas, eu respondi a todas as questões, muitos dos que estão aqui presentes lá estiveram, com as suas legítimas dúvidas, receios, preocupações, e durante 3 horas, pudemos conversar com serenidade — às vezes mais exaltadamente, sempre com educação, sempre com boa fé, sempre com vontade das pessoas serem esclarecidas, e pela minha parte procurarei manter essa postura sempre e espero que os responsáveis partidários e políticos de todos os partidos, possam manter a mesma postura nesta matéria.

Tenho muita pena que a população de Nossa Senhora de Fátima, seja manipulada e seja levada a lutar contra moinhos de vento, com D. Quixotes (como este que estamos a ouvir), que confunde tudo, não sabe do que está a falar, arremete contra fantasmas, não sabe distinguir uma incineradora de resíduos tóxicos, de uma incineradora de resíduos

industriais banais, ou de uma incineradora de resíduos domésticos. É uma pena que isto esteja a acontecer, porque este debate de facto devia ser um debate sério, devia ser um debate sereno, e devia ser um debate esclarecedor. E o que está a acontecer não é isso.

Infelizmente há 3 ou 4 pessoas, que todos vocês conhecem que estão a aproveitar-se deste tema para fazer uma campanha política, uma campanha sem fundamento, é uma campanha que todos compreendemos quais são os propósitos. A Câmara de Aveiro, está sempre disponível e estará sempre disponível para defender os interesses das populações, não está disponível para caucionar manipulações da vontade das populações, como aquelas a que temos vindo a assistir nos últimos dias. E deixem-me dizer o seguinte (a posição da Câmara de Aveiro, a população já ouviu isto, e todos aqueles que querem ouvir também já ouviram, não tem sido senão a seguinte): defenderemos soluções que do ponto de vista ambiental sejam as mais equilibradas, sejam as mais sustentáveis e aquelas que do ponto de vista financeiro forem as mais vantajosas evidentemente. Não passa pela cabeça de ninguém nesta sala, não passa pela cabeça de nenhum aveirense de Nossa Senhora de Fátima, que o Presidente da Câmara de Aveiro, ou que qualquer um de nós aqui nesta mesa, pudéssemos defender um solução para Aveiro que pudesse ser nociva para a saúde pública. Não passa pela cabeça de ninguém! E no dia em que me tivessem a mim ou a qualquer um de nós, qualquer documento científico em que isso fosse demonstrado, evidentemente que nesse dia, nem sequer a tal abertura que manifestámos teria sido transmitida, porque nós estamos aqui para defender os interesses das populações antes de mais, e não outros mais de circunstância que todos compreendemos.

E depois vamos então recordar o processo, e vamos perceber o seguinte: neste momento, eu gostei muito de ouvir as críticas acerbas e muito frontais, que o Deputado Manuel Coimbra fez ao Governo do PSD, que não esperava – não costuma fazer tantas críticas ao seu Governo, mas realmente fê-las com uma contundência que é rara. Porque como bem sabe, Senhor Deputado Manuel Coimbra, esta é uma decisão que o Governo tem que tomar, e que há meses que não consegue tomar. Desde que está no Governo, não conseguiu tomar a decisão. E o problema dos lixos está resolvido em Lisboa e está resolvido no Porto; na Região Centro está por resolver porque o seu governo nesta matéria é de uma absoluta inépcia e gostei muito de o ouvir reconhecer isso. Convém que as pessoas saibam que a ERSUC tem maioria de 51% do Estado, depende directamente do Governo e que a ERSUC anda há meses e meses e meses, sem conseguir tomar uma decisão e pelos vistos com o trabalho de casa por fazer, e mal feito. Portanto, gostei muito de o ouvir pedir as responsabilidades ao seu Governo, é assim que deve fazer; esquecermos as sensibilidades partidárias e criticarmos os governos sejam eles quais forem quando está em causa a defesa dos interesses das populações. Fica-lhe muito bem e queria cumprimentá-lo sinceramente por isso, porque temos ouvido outros colegas, meus colegas presidentes de câmaras do PSD fazer o mesmo. A si é mais raro ouvi-lo, mas ainda bem que alinha no bom sentido crítico que todos devemos ter quando está em causa a defesa dos interesses da nossa terra e das nossas populações.

Isto para dizer o seguinte: neste momento, e a matéria tem vindo na comunicação social abundantemente, não há uma decisão tomada quer quanto à metodologia, quer quanto ao sistema que vai ser adoptado, quer quanto ao financiamento. E o financiamento condiciona o sistema a adoptar como a QUERCUS bem evidenciou, porque se a percentagem de financiamento for uma, o sistema a adoptar será um, se a percentagem de financiamento for outra, o sistema será outro também. Porque do ponto de vista ambiental a QUERCUS foi aí muito honesta na campanha que fez. Colocou sempre a tónica mais na questão financeira do que na questão ambiental. Perceberam que realmente havia ali uma dúvida do ponto de vista financeiro e que se calhar o sistema seria mais caro se fosse financiado apenas 25% - como o Governo quer fazer. Mas sendo a 50%, a taxa mais barata era de

facto a taxa do sistema que a ERSUC tinha desenvolvido e que aponta para a incineração como elemento preponderante. Não colocou muito acento tónico na questão ambiental, porque justamente está por demonstrar – eu fiquei perplexo, e devo dizer Senhor Professor Manuel Coimbra, que como professor universitário de Química, com especiais responsabilidades na matéria, o que ouvimos aqui dizer foi uma enormidade. O Senhor Professor não pode esquecer e não pode alarmar assim as populações. Não pode! Tem especiais responsabilidades. O Senhor Professor leu excertos descontextualizados que enganam alguns, mas não enganam todos. O Senhor Professor não referiu que estas incineradoras têm filtros e mangas que eliminam os efeitos. O Senhor Professor esqueceu isso propositadamente ou por lapsos!? É que faz toda a diferença. Como sabe nas dioxinas que são libertas faz toda a diferença. Não pode ignorar isso! O Senhor Professor não pode ignorar, porque tem especiais responsabilidades científicas na matéria, que tem neste momento duas incineradoras de resíduos normais não tóxicos a funcionar, e que a Universidade de Aveiro (como bem aqui foi lembrado), está a monitorizar a qualidade do ar desde que elas estão em funcionamento, e sabe quais são os vestígios para a saúde pública na cadeia alimentar? ZERO! O Senhor Professor tem a obrigação de saber isto porque é da área. Podia ter explicado isso. Informe-se porque é sua responsabilidade já que invocou a sua responsabilidade de professor de Química. E tenho muita pena de ser eu a lembrar-lhe isso.

Eu gostava de dizer o seguinte: não há decisão tomada. A decisão não é da Câmara de Aveiro. Nós tivemos neste processo uma atitude que nos pareceu de responsabilidade cívica e de responsabilidade ambiental. Justamente porque noutras localidades não houve a serenidade suficiente para que este processo fosse analisado e porque entretanto com o pedido de adesão da Feira, os estudos obrigaram a recentrar a localização e Aveiro manifestou abertura para estudar o problema. Foi isso que fizemos.

Há três câmaras no sistema da ERSUC que tem especiais condições – porque são as três câmaras que têm os aterros intermunicipais: Aveiro, Coimbra e a Figueira da Foz. E portanto, podíamos ter tido uma atitude cómoda de dizer: não, aqui nem pensar, isto vai dar muito trabalho, vem cá a população de Nossa Senhora de Fátima. Há algumas pessoas com ligações partidárias que têm interesse em fazer disto uma grande movimentação, assustar as pessoas..., portanto, eu pensei que podíamos de facto analisar serenamente esta questão e não pensar, não fazer de conta, que ela não existe. Ela existe, Aveiro tem que dar um contributo responsável para a sua resolução.

Não estamos dispostos (e isto foi dito na ERSUC), para darmos o nosso aval a qualquer solução. Evidentemente que não. Se os estudos que a ERSUC fez carecem de maior aprofundamento, se estão mal justificados do ponto de vista ambiental e do ponto de vista financeiro, e é verdade que a QUERCUS, que nós recebemos, que nós conversámos com a QUERCUS, e a QUERCUS alertou para um conjunto de situações que obrigaram esses estudos a serem desenvolvidos e aprofundados. Se se chegar à conclusão que de facto a melhor solução é a solução que combina a incineradora com um sistema de valorização orgânica, ou se se chegar à conclusão que a incineradora não é a melhor solução e que a melhor solução é outra, Aveiro vai estar atenta aos resultados dessa conclusão e não vai fazer de conta que o problema não é nosso. O problema é nosso, o nosso aterro está em vias de esgotamento e é uma posição muito cómoda, certamente fácil e pouco responsável, dizermos “nós não queremos” e os outros que resolvam. É a posição mais fácil.

A posição da Câmara de Aveiro e do seu Presidente não é a de escolher as posições mais fáceis. É de escolher as posições que forem as melhores para os interesses das populações. E os interesses das populações têm que ser avaliados também com calma e não de uma forma mais simplista e mais exaltada, como muitas vezes têm sido.

Resumindo, eu gostava de sublinhar (ponto 1): não há decisão tomada quanto ao sistema por culpa do Governo; (ponto 2) logo que essa definição seja feita e seja devidamente fundamentada do ponto de vista ambiental e financeiro, nós Aveiro, devemos exercer e assumir a responsabilidade cívica de verificar, ponderando as vantagens e os inconvenientes, se devemos aceitar ou não essa unidade de tratamento em Aveiro; (ponto 3) lamento muito a campanha de desinformação e de intoxicação das pessoas que tem vindo a ser feita propalando-se, enfim, as maiores barbaridades sobre as consequências para a saúde pública desta incineradora. No Porto e em Lisboa estão em funcionamento duas incineradoras há muitos anos sem nenhuma consequência.

Portanto nós ponderaremos as vantagens e os inconvenientes e não aceitaremos para o Município de Aveiro nenhuma solução que seja prejudicial à saúde pública. Ia a dizer que me louvo com toda a humildade, nos pareceres dos técnicos. E os pareceres dos técnicos que aqui invoco é a Universidade de Aveiro (e o Senhor Professor Manuel Coimbra é uma pena que esteja mal informado – fica-lhe mal) porque tem a responsabilidade pela monitorização pela qualidade do ar e não há vestígios de nocividade para a saúde pública. De resto estas unidades continuam a construir-se pela Europa fora, pelos países mais desenvolvidos e mais exigentes do ponto de vista ambiental como alguns exemplos aqui ainda foram dados e também no Norte da Europa que tem uma tradição de grande exigência nesta matéria, e tem, como o Senhor Professor tem obrigação de saber.

Poluentes com certeza que tem alguns, mas equivalentes a muitas das fábricas que temos no nosso município neste momento em laboração. Se calhar com menos efeitos poluentes do que muitas das fábricas que temos em laboração no nosso município e na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, para dar alguns exemplos. E portanto, eu acho que devemos ter todos muita calma, não nos deixarmos embarcar em processos de aproveitamento de opinião pública e na criação de fantasmas que dificultam a tomada de decisão com serenidade e em defesa do interesse do município, da freguesia e das populações.”

Presidente da Mesa

“Há aqui um aspecto que talvez o Senhor Dr. Alberto Souto me possa esclarecer de imediato e que é singelo, mas para mim é decisivo. A exploração da eventual incineradora, isso ficaria a cargo de quem? E explico porquê: o problema da exploração empresarial de uma incineradora é o custo dos filtros. E a tal de Estarreja penso que até nem tinha filtros; depois inventaram lá um tubinho de lado para meter uns filtros...

Está isso em termos teóricos e preambulares estabelecido? Essa incineradora onde quer que seja e se vier a ser, quem é que a explora e sustenta os encargos, nomeadamente com filtros que é uma despesa brutal? Porque se os filtros não tiverem substituição atempada não filtram.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Senhor Presidente, nós estamos na fase do processo que ainda não chegou a esse ponto. Estamos numa fase em que a ERSUC tem de escolher o processo e depois da escolha do processo. Evidentemente o projecto em si será feito de acordo com as últimas soluções técnicas e que o progresso científico e técnico tem imposto, com as últimas exigências das directivas comunitárias na matéria que cada vez são mais apertadas em relação à quantidade de poluentes persistentes que podem ser libertos por estas unidades de tratamento. E de resto, a gestão em si, depende. Há várias soluções. Em Portugal já temos duas. Temos uma gestão que é feita directamente pela LIPOR e temos uma gestão em que a VALORSUL entregou a uma empresa da especialidade, profissionalizada na gestão.

Portanto estamos muito longe deste passo. É evidente que a preocupação dos municípios – se for esse o caminho, neste momento há consistentes dúvidas – e eu queria dizer isto aqui com a mesma abertura que manifestei para estudar o processo, quero dizê-lo com toda a frontalidade: neste momento, perante as dúvidas que foram suscitadas, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista técnico, todos os municípios que integram a ERSUC estão na expectativa sobre aquilo e sobre os esclarecimentos que o Governo tem que dar. E portanto, não há decisões tomadas nesta matéria.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sabemos que é um assunto difícil, mas é um assunto técnico. E eu penso que nem o Senhor Presidente, nem eu, temos preparação técnica suficiente para contestar ou para pôr em causa a competência de um Professor Doutoramento especialista da Universidade de Aveiro — este é o primeiro ponto do meu protesto.

Eu acho que devemos aceitar com humildade, e aceitar com civismo, os esclarecimentos que nos foram dados, que com certeza como o Senhor Presidente teve ocasião de ouvir, foram baseados em estudos científicos.

Eu penso que devemos louvar a participação cívica dos cidadãos e não dar interpretações como desinformação, utilização, intoxicação, partidarismo, quando as pessoas se deslocam e se manifestam. Porque numa sociedade democrática é esse um dos direitos que os cidadãos têm: virem manifestar-se quando não estão contentes com as soluções que se preconizam para a sua zona. Portanto estar a dizer que estas pessoas estão aqui porque foram utilizadas pelos Partidos ou porque foram desinformadas ou intoxicadas, penso que é uma ofensa para as próprias pessoas que por aqui estão.

Um outro ponto que eu queria esclarecer e que as pessoas não sabem. Nós nesta Assembleia não temos informações sobre aquilo que está a ser tratado entre a Câmara e entre a ERSUC, e entre o Governo — se o Governo está realmente metido nisso. E se o Governo (onde o meu partido é maioritário) decidir contrariamente às populações locais, nós não fazemos questão nenhuma em virar-nos contra eles e combater pelas populações locais. Porque o PSD sempre foi um Partido desenfeudado, livre, que é capaz de lutar por causas e não precisa de estar sempre a apoiar o seu Governo.

Em última análise queria perguntar o seguinte: o Senhor Presidente já disse que não tem posição, que não tomou ainda uma posição, que não sabe o que é que vai amanhã decidir na Assembleia da ERSUC!? A minha pergunta, era para acabar o protesto: qual era a posição que iria tomar? E quais os argumentos em que se ia basear para tomar essa posição? (se nos quiser informar da posição que vai tomar).”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Faço esta segunda intervenção obrigado, forçado; com gosto, mas forçado.

Em primeiro lugar, como Sancho Pança não diria, mas qual D. Quixote, para questionar o Senhor Presidente da Câmara, que me acusa a mim ou a esta bancada – porque em nome desta bancada falei, de algum Quixotismo — acusará as gentes de Nossa Senhora de Fátima, de quê? Do meio de transporte ou de serem o Sancho Pança!? A questão é tão simples como esta: há moinhos de vento? Não há moinhos de vento; não há moinhos de vento! Há D. Quixote. Não há D. Quixote? Há fumo e não há fogo!? O Senhor Presidente diz aqui que há duas semanas debateu longamente, duramente, arduamente, até à exaustão, recorrendo eventualmente à velha tática “vencê-los pelo cansaço” as gentes de Nossa Senhora de Fátima. Profícuo debate esse Senhor Presidente! Útil debate esse! Esclarecedor debate esse, que vejam só trouxe aqui quem trouxe!

E até lhe confesso Senhor Presidente, que com a minha idade (que é pouca ou que é alguma, mas que não é suficiente), atrevo-me a dizer que o Senhor foi pouco elegante aqui. E foi pouco elegante porque acusou toda e qualquer uma das pessoas que aqui está (assim como as que estão em casa e se calhar gostariam de aqui estar), de estarem a ser manipuladas por quatro ou cinco pessoas enfeudadas a interesses políticos ou interesses partidários: - diga quem são essas pessoas? Tenha a coragem de o fazer abertamente; aqui e agora. E não desrespeite mais quem está aqui a lutar por aquilo que sente que são os seus direitos (em primeiro lugar).

Em segundo lugar Senhor Presidente. Afinal Senhor Presidente, utilizando também as imagens de que o Senhor Presidente gosta e recorrendo ao mais louvado autor de língua portuguesa de todos os tempos “estava linda Inês, posta em sossego” realmente e estávamos todos tranquilos, Senhor Presidente! E estávamos todos tranquilos: em Fátima, Requeixo, Nariz (e a nossa vida continuava), Oliveirinha, São Bernardo, São Jacinto (e a nossa vida continuava), Vera Cruz, Glória.

E temos agora, e digo-lhe na cara, porque se o Senhor ouviu e escusa de dizer que toda a gente ouviu o que eu disse; toda a gente ouviu e se não ouviu, eu digo outra vez: temos agora um Presidente de Câmara que desaproveitou a primeira oportunidade e refugia-se nas indicações que o Senhor Presidente da Mesa lhe dá (siga à regra estas indicações, o Senhor fala no fim). Estilo: atire-se ao poço! O Senhor Presidente da Mesa diz atire-se ao poço e o Senhor atira-se. O Senhor Presidente da Mesa diz: o Senhor Presidente faça o favor de não falar e de não esclarecer e de evitar este debate e o Senhor não esclarece! Mas provoca. E promove. E aceita. E confronta. E agride, como agrediu, chegando a raiar o limite do inaceitável.

E digo-lhe mais, Senhor Presidente: “Inês não estava tão linda, nem estava tão sossegada”. Afinal, por trás alguma coisa minava; alguma coisa trabalhava; alguma coisa se discutia; algum debate existia já. Pairava efectivamente, e agora todos daqui sairemos com a certeza de que pairava e paira na mente desta Câmara a instalação de uma incineradora em Nossa Senhora de Fátima ou noutra qualquer freguesia deste concelho. E isto é claro e límpido como a água. Porque mais uma vez digo a todos os que aqui estão e aos que não estão, e a si Senhor Presidente, que se o Senhor quisesse ter acabado com esta discussão era só dizer amanhã na Assembleia-Geral da ERSUC: a Câmara de Aveiro por mim representada ou pelo Vereador Eduardo Feio dirá incineradora em Aveiro não. E era simples de acabar com esta discussão. E é simples também ao PS dizer ao melhor estilo britânico: “not in my backyard” (certamente que a pronúncia não é tão boa) mas em português eu diria: “não no meu quintal, para algumas coisas. Sim no meu quintal para muitas”.

É um escândalo que este governo deixe daqui sair o Tribunal Administrativo. É um escândalo que este Governo não defina já que a duplicação do IP5 é efectivamente uma obra prioritária. É um escândalo que o caminho-de-ferro ainda não chegue ao Porto de Aveiro. É um escândalo que o TGV não passe por aqui e não esteja tudo completamente assinado e decidido. Eu sei que vai passar, mas isto é o que o Senhor já tem no seu quintal. E agora a posição do “não no meu quintal”. O que é que é isto do não no meu quintal!? Quando se movimenta, como os senhores movimentaram as populações, por exemplo contra a saída do Tribunal Administrativo, criticam agora que as populações se insurjam contra a instalação de uma incineradora numa Freguesia deste concelho? Por amor de Deus! Tenhamos lógica. Tenhamos bom-senso e tenhamos juízo. Todos nós tenhamos juízo, e eu quase que lhe pedia a si Senhor Presidente, e pedia a esta Assembleia, que o mandatasse. Porque o Senhor sabe (e esta é a única garantia), que nós bancada do CDS/PP e creio que toda esta Assembleia, pode dar a toda a gente que aqui veio e a toda a gente de todas as freguesias deste concelho: que nenhuma incineradora será instalada em

Aveiro sem primeiro aqui vir ao crivo, sem primeiro aqui passar. Nenhuma! E que se não diga, que não se utilize a QUERCUS ou lá o que é, como autoridade fundamental para algumas coisas e que noutras se desvalorize.

Dou-lhe um exemplo: o Senhor aqui minorizou, inferiorizou, describilizou a QUERCUS por exemplo em relação à Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe. Sim! A QUERCUS e os ambientalistas Senhor Presidente. E o Senhor sabe disso tão bem como eu. Agora a QUERCUS, coitada, até cai apenas e só na análise financeira; eu tenho o parecer (não costumo prestar muita atenção a esta coisa, mas eu tenho o parecer) e o Senhor também tem. E não é sério da sua parte dizer que a QUERCUS fundamentou a sua opinião, o seu parecer, a sua decisão apenas e só, essencialmente, sobretudo, na questão financeira. Não é verdade! O parecer está aqui, nem o vou citar, o Senhor conhece-o; nós também o conhecemos. E o Senhor sabe que nós sabemos que o Senhor sabe que nós sabemos (estou a utilizar uma expressão muito em voga).

Diria mais qualquer coisinha para acabar até porque este assunto é um assunto que a todos nos vem mobilizar. Diria por exemplo que gostaria de ter ouvido o Dr. Candal hoje tão energicamente a defender aquilo que em outros tempos, 95, 96, 97 defendeu. Eu estarei consigo nessa luta quando essa luta surgir aqui em Aveiro. Eu estarei consigo se o Senhor me quiser ao seu lado na primeira linha a lutar contra uma incineradora no concelho de Aveiro — como também o Senhor fez noutros concelhos vizinhos. Estarei consigo Dr. Candal. E estarei com 1/3 do PS se calhar, que nessa altura estará consigo também. Sabe porquê? Porque os outros 2/3 vêem nesta incineradora se calhar o oásis que permitirá a esta Câmara dar o salto, dar a fuga, pagar o que deve a quem deve, como deve. E isso nunca! Vender a credibilidade, vender a qualidade de vida deste concelho à custa de opções políticas que nós CDS já aqui criticámos vezes e vezes e vezes sem conta, nunca aceitaremos. E esta é uma promessa que olhos nos olhos, cara a cara se o Senhor entender levantá-la, eu lhe digo: ter-nos-á contra sempre! E em todo o caso quando esta for a opção: dinheiro pelas incineradoras, não muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente da Câmara, quando apresentei estes valores e estes estudos, até estava à espera de que o Senhor me reconhecesse essa competência da área da Química e reconhecesse a idoneidade da citação, da revista que estava a citar; ou pelo menos se não reconhecesse, que me perguntasse e que se interessasse pelo estudo.

Afinal, o Senhor Presidente da Câmara mostrou também pelos números e pelas afirmações que eu fiz que só estava interessado em as negar e não em as refutar. Porque não as refutou, antes pelo contrário. Aliás, nem se interessou em saber. E isso eu considero grave. Dizendo aquilo que eu disse, que considero que é grave.

Eu acho que é gravíssimo que o Senhor Presidente da Câmara possa não se preocupar e, antes pelo contrário, minimize, dizendo que era alarmista, que eu não tinha idoneidade nenhuma e que, realmente, é um assunto que não domino e que esta revista não é uma revista que mereça credibilidade.

Eu, como aceito que não era isso que o Senhor Presidente da Câmara queria dizer e que o Senhor Presidente da Câmara até está interessado em saber mais sobre este assunto, estou disponível para lhe fazer chegar estes exercícios que estão aqui de professores de reconhecida competência na área da Química, que escrevem numa revista de Química para os seus pares - é uma revista que tem a chancela da Sociedade Portuguesa de Química. Os professores que escreveram estes artigos, estes dois artigos, são professores do Instituto Superior Técnico e são professores da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. Por isso, são pessoas que nos merecem toda a credibilidade.

No campo científico nós, mesmo assim, podemos ainda refutar alguns dados. Porque os dados, mesmo na ciência, carecem de interpretação e por isso eu estou disposto a discutir estes dados, e outros que o Senhor Presidente queira apresentar para podermos discutir. Agora, não podemos é, sem os conhecer, minimizá-los, que foi o que o Senhor Presidente fez. E é isso que eu temo que possa estar a acontecer em relação a muitos outros dados que o Senhor Presidente me dá a sensação que só está a querer ver por um lado; - apesar de dizer que está disponível para a melhor solução: do ponto de vista ambiental, que seja equilibrada, e do ponto de vista económico, que seja mais vantajosa. Não disse era o peso que dava a uma parte e o peso que dava à outra. E eu temo que seja 1% à parte ambiental e 99% à parte económica. E a questão que eu colocaria (eu sei que não é, mas então é o Senhor Presidente da Câmara que tem que dizer quanto é que é, quanto é o peso que vai dar a cada uma destas componentes), o que é que considera uma proposta economicamente justa? Ou seja, dito de outra maneira, se me é permitido este desabafo: qual é o seu preço? Por quanto é que o Senhor Presidente quer vender o município? Quanto é que vale? Vale só a dívida à ERSUC? Vale um pouco mais do que isso? Vale a dívida toda do município? E se for assim, se for só um problema económico, diga-nos isso já, porque nós se calhar até nos podemos quotizar. Eu não me importo de pagar e de dar, se calhar, um mês do meu salário e, se calhar, ninguém aqui se importa, se calhar, de dar um mês do seu salário e resolvíamos o problema de não ter cá a incineradora, se é assim que quer resolver o problema! É um problema só económico? Então vamos resolver o problema do ponto de vista económico. Agora, se não é um problema económico, então vamos ver. Diga-nos é em que estudos é que se está a basear para poder fundamentar a sua posição na Assembleia-geral da ERSUC. É isto que nós pedimos desde o princípio e não esta vacuidade com que disse, com que atirou dois critérios sem sequer os concretizar. Eu penso que toda esta questão se justifica. Aliás, eu lembro que já há quinze dias, eu chamei a atenção que achava que este era um assunto que a Assembleia Municipal deveria discutir. Parece-me que é relevante chamarmos cá os técnicos. Podem não me reconhecer técnico da área do ambiente, que não sou, agora aquilo que eu posso dizer-vos é que desde há quinze dias para cá, tenho estudado estes assuntos e que é-me mais fácil compreender estes assuntos porque sou químico. Eu sou bioquímico, e por isso percebo e consigo ler o que os artigos dizem e consigo ter uma interpretação relativamente mais fácil e que eu ponho ao serviço de todos aqueles que queiram também aprender comigo. E é essa aprendizagem que eu acho que era importante que nós fizéssemos nesta fase, antes de decidirmos seja o que for. Por isso, só nos podemos decidir se tivermos os técnicos da ERSUC por um lado a dizerem-nos quais são as suas soluções, se tivermos os ambientalistas a dizerem quais são as soluções, os químicos que se calhar têm um pouco de ambientalistas, ou não têm nada de ambientalistas, mas também têm as suas soluções. Por isso, todos nós com a nossa diversidade, podemos, se calhar, encontrar a solução que seja aquela que é a mais vantajosa para todos. Agora não podemos de maneira nenhuma ou pelo menos eu não queria que houvesse uma decisão unilateral amanhã, numa Assembleia Geral da ERSUC, acerca da aceitação da incineradora em Aveiro, sem que pudesse passar por um órgão colegial que afinal representa todos os municípios - como é a Assembleia Municipal. E por isso gostaria que esse assunto fosse decidido por nós todos, aqui, em consciência, com toda a informação, em que pudéssemos dizer assim: "- a nossa opção vai ser esta, estando nós conscientes de quais são os inconvenientes e também quais são as vantagens". E é isto que um político deve fazer: primeiro informar-se junto dos técnicos, para depois em consciência, politicamente poder tomar a sua decisão.

Uma última questão. Eu só gostaria de distinguir "Universidade" e "IDAD". O IDAD não é um departamento da Universidade. O IDAD é uma empresa prestadora de serviços da Universidade. O que se passa é que uma empresa, como qualquer empresa, responde a

uma encomenda, ou seja, quando é perguntado ao IDAD: “- Olhem, dentro destas localizações, digam-me onde é que pode ser implantada uma incineradora?” Ou seja, qual é o sítio em que o impacto ambiental é menor? Por isso, o IDAD não é mais do que uma entidade prestadora de serviços, em que responde cientificamente às questões que lhe são colocadas. Dizer qual seria a opção cientificamente mais apropriada não quer dizer que não tenha impactos negativos. Tem! E esses impactos negativos de certeza que estão nos relatórios. Agora, só transparece é uma parte do relatório e isto não se deve fazer. Qualquer parecer científico - eu quando faço um parecer científico dou sempre os prós e os contras, precisamente para que depois seja o poder político, o dono da informação, que faça com ela, depois, o que quiser. É assim que se tem que fazer. É assim que o IDAD faz, é assim que qualquer departamento da Universidade faz. Mas agora vamos distinguir é o Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro do IDAD, que é uma entidade prestadora de serviços e, por isso, com um conjunto de responsáveis científicos e um conjunto de técnicos que respondem a questões específicas que são colocadas pelo mercado e são pagas pelo mercado.

Por último, só gostaria de fazer uma referência à luta do Dr. Candal em relação ao passado e a uma afirmação que fez; é que disse, já por várias vezes, que a incineradora que estava para ser montada em Estarreja, não teria qualidade! Dr. Candal, era só para clarificar essa afirmação. Com isso não está a querer dizer que esta irá ter essa qualidade?! Ou seja, aquilo que nós podemos todos ansiar é que, se eventualmente a opção fosse a incineração, que seja realmente aquela que não trouxesse problemas ambientais e que fosse a tecnologia de ponta, para que as dioxinas sejam todas captadas pelas mangas. Porque o problema é que as dioxinas não são todas captadas pelas mangas, como sabe. E o problema depois é: e essas mangas para onde é que vão? Têm que ir para aterros de resíduos tóxicos e perigosos. Estamos a concentrar essas toxinas nas mangas e depois delas saírem das mangas vão para onde? Onde é que colocamos aquelas mangas? Quem é que pega naquelas mangas? Quem é que vai inalar os cheiros que vêm daquelas mangas e os compostos que se vão libertar daquelas mangas? E digo-lhe outra coisa já agora também como químico: - é que quando apareceu pela primeira vez o problema das dioxinas em Portugal, sabem que não havia nenhum laboratório que fizesse a determinação de dioxinas? Porquê? Porque é um método em que, por um lado as dioxinas têm um limiar de toxicidade que é muito baixo, ou seja, é preciso uma quantidade muito pequena, um conjunto relativamente pequeno de moléculas, para que as dioxinas já tenham um efeito nocivo. Porque o nosso organismo tem sistemas de reparação de erros de toxicidade, mas para esse género de moléculas nós não temos e por isso facilmente nós podemos adoecer com essas moléculas que podem entrar no nosso organismo. E por isso não tendo um processo de detecção que seja eficiente, porque ainda se estão a desenvolver métodos para determinar as dioxinas, por causa das quantidades relativamente muito pequenas e, por outro lado, havendo essa toxidade tão elevada (devido aos seus limites tão baixos), as dioxinas são neste momento um grande problema, mesmo com as mangas mais eficientes. Por isso é uma falsa questão estarmos a dizer que, hoje em dia, com as mangas, vamos resolver o problema. Não vamos! Vamos minorar o problema! Agora aquilo que nós queremos não é minorar o problema. Nós queremos resolver de vez o problema. Este problema. E por aquilo que eu tenho lido (e oxalá eu esteja enganado), mas por aquilo que eu tenho lido, não é a incineração. Agora se a opção é a incineração, os técnicos que defendem a incineração venham-nos mostrar, dêem-nos dados que provem que hoje em dia (estamos no século XXI, estamos em 2004), a incineração continua a ser a solução certa e não qualquer uma das outras soluções que têm sido avançadas aqui. Era isso que eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara, que está tão certo quanto à sua opção, nos dissesse, aqui, concretamente - ou então disponha-se ao debate. Vamos ouvir então pessoas

de diferentes sensibilidades para nós podermos formar a nossa posição e, por isso, amanhã, por favor, não vá à reunião da ERSUC dizer que quer uma incineradora em Aveiro, ou que não se importa se pagarem bem. De maneira nenhuma, Senhor Presidente da Câmara, faça isso. Pelo bem de todos.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu acho também que ninguém quer que se regresses em Aveiro ao tempo em que havia um aterro municipal, não controlado e que quem lá andava ao lixo, lhe deitava fogo e que várias vezes aquilo ardia e com libertação completa de dioxinas e dessa coisa, do outro nome complicado que o Senhor Doutor disse. Isto é: nós precisamos de, discutindo com seriedade este problema, não esquecer que há um problema de destino final dos resíduos sólidos urbanos que não podemos ignorar e que existe e é preciso resolver. E enquanto a política dos 3 R's não dá os resultados que é necessário que venha a dar, isto é que haja mais reutilização, que haja redução da quantidade e que haja reciclagem, enquanto isso não chega, há que tratar daquilo que é produzido e não deixar sem solução um problema que temos também levantado aqui frequentemente, que é o que já há pouco referi na minha primeira intervenção.

Agora este processo penso que o Senhor Presidente da Câmara deve tirar as ilações necessárias deste processo. Senhor Presidente é o seu estilo, é um estilo que tem sido criticado repetidamente aqui na Assembleia Municipal, tem um estilo muito próprio de fazer por si, há às vezes é um simulacro de debate e de participação mas depois acaba por decidir muita coisa sozinho e espero que esta Assembleia que o ajude a perceber, que não se pode deliberar contra a vontade da população, não se deve deliberar sem envolver as populações directamente atingidas por determinada medida e deve tirar as ilações no sentido de promover esse debate e de reconhecer e reconhecendo o facto que o Senhor é frontal e que disse aqui aquilo que bem pensava. Deixe-me discordar, as pessoas não são manipuladas, as pessoas formam opinião de acordo com a informação que dispõem e com a confiança que tem na informação que lhe é prestada e com a confiança que tem nas pessoas que lhe prestam essa informação e que se vem aqui é porque acreditam sinceramente naquilo que estão a fazer e nos aspectos negativos da solução que lhes é proposta.

Eu acho que o Senhor Presidente e a Câmara deveria reflectir sobre esta Assembleia e sobre aquilo que tem acontecido à volta deste problema no Concelho e ter mais cuidado e procurar que não haja deliberações contra o interesse de Aveiro. Agora aquilo que eu me pergunto é: - qual é de facto a margem de deliberação da Câmara? E aqui passo quase a um pedido de esclarecimento; qual é a margem do Governo? A intervenção do Senhor Deputado Manuel António Coimbra, - a primeira, teve essa grande arte, de procurar fazer uma intervenção como se isto não tivesse nada a ver com o Governo, quando de facto tem a ver, é o Governo o sócio maioritário da ERSUC, é quem tem a maioria do capital da ERSUC é o Governo e portanto aquilo que a ERSUC decidir é também de alguma forma a vontade do Governo. Qual é a margem da ERSUC enquanto instituição autónoma? Isto é, a ERSUC é uma empresa de direito privado de capitais quase exclusivamente públicos (eu penso que se não exclusivamente públicos, quase exclusivamente públicos), isto é, o Estado através da empresa Águas de Portugal tem mais de 50% do capital, há uma participação residual dos interesses privados e os municípios correspondem a outra parte de Leão. Mas a soma de todos os municípios desde Leiria até ao Distrito de Aveiro. A soma de todos os municípios do litoral. Quer dizer que, por um lado, aquilo que o Senhor Presidente da Mesa, o Dr. Candal colocou há pouco: “quem é que vai decidir?”; “quem é que vai determinar?”; “que género de interesses é que vai decidir na qualidade técnica de uma

solução deste tipo?”. Já aqui discutimos o assunto, já aqui o trouxe, há a possibilidade muito forte de ainda neste mandato, ainda nesta legislatura a empresa Águas de Portugal ser privatizada, daí que passem a ser interesses privados a dominar a ERSUC. Daí que a garantia de qualidade e de defesa da qualidade do ambiente me pareça que possa ficar algo diminuída. Aquilo que pergunto - e também é fácil que a ERSUC tome uma decisão de instalar num qualquer sitio, porque se metade é do Estado (mais de metade, 51%), e a outra parte de Leão é dos municípios, é evidente que poderá haver a tendência para os municípios que não tenham que acolher a solução, para votar a favor. Facilmente se encontra uma maioria qualificada dentro da ERSUC; decide que o aterro vai para ali ou vai para acolá. (mesmo que precisasse de maioria qualificada, facilmente a arranjaria). Portanto a questão que eu coloco é no caso de uma decisão deste tipo, qual é a margem do município? Se admitindo o absurdo de contra a vontade do Concelho haver uma deliberação neste sentido, qual é a hipótese que o município tem, de utilizando aquilo que dispõe, de puder obstar a que a solução seja implementada. Diz aqui o Dr. Raúl Martins “ZERO”, mas eu acho que pelo menos ao nível do licenciamento que é uma coisa que pode ser reservada, mas não tenho a certeza daquilo que estou a dizer. Daí que peço o pedido de esclarecimento também sobre esse particular. Eu acho que o mínimo que se pode exigir já que ao que parece não sei se a Mesa recolheu alguma proposta de deliberação, o mínimo que se pode esperar é que ou sobre proposta do conjunto ou por iniciativa da Mesa, nós tenhamos um debate específico sobre este tema a breve prazo.”

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara

“Eu começava justamente pela intervenção do Senhor Deputado António Salavessa, que julgo que colocou bem a questão no sentido de que esta é uma decisão que deve ser debatida, partilhada, não devem ficar dúvidas a ninguém sobre aquilo que é necessário e sobre aquilo que é essencial. Aquilo que é necessário é que Aveiro tem que assumir a sua responsabilidade nesta matéria e não pode pensar que o problema não é seu. É um problema nosso, é um problema comum aos trinta e quatro municípios e nós temos que dar conta dessa maturidade cívica. Aquilo que é essencial é que em nenhum momento deste processo, a Câmara de Aveiro avalizará ou autorizará qualquer colocação de qualquer unidade de tratamento no município de Aveiro, que nos demonstrem que é prejudicial à saúde dos nossos munícipes. Está fora de causa e acho que o debate é importante e que a formação da vontade das pessoas é importante.

E eu há bocado medi as minhas palavras quando disse que havia gente interessada em manipular as populações. Não ofendi obviamente ninguém. Não disse que as pessoas que aqui estão, Sr.^a Dr.^a Maria Antónia, não disse que vieram aqui porque estão manipuladas. Vieram aqui porque tem necessidade de debater este tema. Mas que há gente a tentar manipular, aí isso... eu não tenho ingenuidade nenhuma, nem nenhum dos senhores deputados nessas duas bancadas tem qualquer ingenuidade sobre essa matéria. E portanto as pessoas que ouviram as explicações que eu dei na sessão pública; que ouviram as explicações que a QUERCUS deu; que ouviram as explicações que o Senhor Deputado Manuel Coimbra lá foi dar ontem, certamente ficaram preocupadas.

(Não esteve lá?) Então queria pedir desculpa ao Senhor Deputado Manuel Coimbra porque disseram-me que esteve lá, pensei que dado que o tema era este tivesse falado sobre esta questão e portanto se não falou eu peço-lhe já desculpa.

E portanto, perante todas as informações contraditórias, alarmistas algumas, falando-se em má formação de fetos, em intoxicação da cadeia alimentar — valha-me Deus! O Senhor Prof. Manuel Coimbra, nem nenhum dos presentes desta sala, não estão a acreditar por

uma fracção de segundo que qualquer elemento deste executivo municipal se isso estivesse alguma vez em risco ou se tivéssemos a menor dúvida que isso podia acontecer, que algum de nós manifestaria abertura para defender um sistema destes. Só se estivéssemos sem o nosso juízo, evidentemente.

E portanto, eu acho que o debate é importante. É bom que ouçamos todas as opiniões autorizadas sobre esta matéria. É bom que nos apercebamos, e eu torno a frisar que os próprios municípios, todos os municípios tem neste momento muitas dúvidas sobre qual é a melhor solução técnica, qual é a melhor situação financeira. E eu queria dizer também ao Senhor Deputado Manuel Coimbra e ao Senhor Deputado Diogo Machado, na única coisa que se aproveitou na intervenção dele, e que ainda por cima foi uma insinuação de mau gosto e ofensiva, porque o resto ninguém percebeu, mas em relação ao resto aquilo que disse, eu queria dizer o seguinte: a Câmara de Aveiro e eu próprio não temos preço em matéria de saúde pública. Não tem preço! Não se vende. Se estiver em causa minimamente a saúde pública não há preço. Não há nenhum sistema evidentemente e que ninguém tenha dúvidas sobre isso, nem percebo como é que dois deputados experimentados e conhecedores das personalidades que compõem esta Câmara puderam lançar tremenda insinuação. Só por má fé política certamente ou por manifesta infelicidade. Não há preço nessas matérias. E porque não há preço, eu não gostei nada Senhor deputado Manuel Coimbra de o ouvir deixar a insinuação que os seus colegas de profissão e universitários quando dão pareceres, que a sua idoneidade científica pode ser condicionada pela prestação de serviços que fazem. Foi uma afirmação sua gravíssima que certamente terá que explicar aos seus colegas, mas que é francamente grave aquilo que disse.

Eu não discuto Química com o Senhor Deputado Manuel Coimbra, mas estes processos já têm alguma tradição no nosso país. Todos sabemos como o discurso científico é quando é proficiente, quando truncado, seja como for é uma das componentes da retórica política e da persuasão das pessoas. E Senhor deputado Manuel Coimbra, eu como não vou discutir Química consigo, mas invocou a sua qualidade de técnico e professor de Química e eu queria-lhe perguntar neste muito estimulante cruzamento entre a ciência e a política, que não são compartimentos estanques, queria-lhe fazer uma pergunta como cientista, que é a de se conhece um caso? Mas peço que me responda com rigor. Como um cientista. Se conhece um caso na história das incineradoras de resíduos como esta que estamos a falar. Um caso em que tenha havido uma relação de causa efeito entre a poluição que liberta e a mal formação de fetos, ou vícios para a saúde pública. Eu gostava que me especificasse.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, gostava primeiro de lhe dizer que é a primeira vez que uso esta figura do Regimento de “Defesa da honra”. É a primeira vez que o faço. Já estou na Assembleia há catorze anos é a primeira vez que o faço.

E gostaria de pedir aos serviços que as minhas intervenções ficassem em acta, para não haver dúvidas de que as interpretações que o Senhor Presidente da Câmara fez à minha intervenção, não passam (isso mesmo), de interpretações, que eu aceito exactamente por aquilo que reconhece de não perceber lá muito de Química. Eu gostaria que, precisamente por não conhecer, por não estar por dentro daquilo que é a Química, que não decidisse só se lhe demonstrassem mal formações da sua população. Mal é! Ou seja, então o Senhor Presidente, vai aceitar uma incineradora se há estudos que dizem “as substâncias que são libertadas pelas chaminés de uma incineradora, as substâncias do lixo mal queimado significam mal formações”. Aliás, eu reparo noutra coisa, é que eu não falei em “mal formação de fetos”! Quem falou de mal formação de fetos foi o Senhor Presidente, o que quer dizer que o Senhor Presidente sabia essa! Sabia essa que não fui eu que lha disse. Se

calhar alguém lhe disse, o quer dizer que há informação que o Senhor Presidente sabe, pelos vistos prós e contras, e que esta escapou-lhe, porque antes de eu o dizer já o Senhor Presidente a estava a dizer. O que quer dizer que, para além daquilo que eu disse, há mais! Sabe como é que se faz em termos científicos? É que em termos científicos nós não precisamos de provocar mal formações para saber que há risco de mal formações. Sabe que em ciência basta haver casos de moléculas (que são as mesmas). Porque as moléculas são entidades, e é que essas entidades tanto podem actuar numa pessoa em Itália, como outra pessoa em Aveiro, se os riscos forem os mesmos que se colocarem num lado e no outro. E por isso os desastres que nós já tivemos, e aquele desastre de Itália era exactamente um caso desses, que pelos vistos também conhece, foi o caso em que houve uma fuga de dioxinas, e não foram muitas dioxinas. Houve uma fuga de uma pequenina quantidade de dioxinas e que matou uma população de cinquenta mil animais e que hoje é um caso de estudo. Há vários casos de estudo que mostram que níveis elevados de determinadas moléculas (e é que o problema não é só um tipo de moléculas, estamos a falar de uma família de moléculas e é muito difícil de identificar quais são as moléculas), mas esta família de moléculas têm todas a mesma função, ou seja, são moléculas que são prejudiciais à saúde e que não se manifestam logo, ou seja, vão-se acumulando, nós vamos acumulando essas moléculas nos nossos tecidos, nas nossas gorduras, no nosso DNA. O nosso DNA vai sendo alterado e há mal formações que não fazem mal, ou alterações do código genético que não fazem mal nenhum. Mas há alterações do código genético que são prejudiciais e que provocam mal formações e uma série de outras coisas que eu esperava, e espero, que não seja preciso ver no concelho de Aveiro, nem seja preciso ver em Portugal. E, por isso, nós temos estes estudos, e eu já lhe disse, eu dou-lhe as cópias que quiser, não só destes estudos como de toda a bibliografia que aqui está.

O conhecimento científico é assim que se faz, ou seja, eu não tenho que ter as doenças todas para eu saber como é que hei-de curar uma doença. Há certas doenças que eu nunca tive e por isso eu já me preveni contra a doença. Está a perceber? É assim que as coisas funcionam e por isso eu espero que o Senhor Presidente, que não percebe nada de Química, nos possa então ouvir, não só os técnicos, mas todo um conjunto de pessoas que pode perceber deste assunto e que possa, livremente e publicamente, apresentar prós e contras. Não é só estar escondido no seu gabinete. Isto são casos concretos e a ciência é assim que funciona, quer o Senhor entenda ou não.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente utilizaria (e o Senhor sabe que teria motivos para isso), qualquer figura que o Regimento põe à minha disposição, porque todos eles teriam cabimento nesta pequena intervenção e diria só o seguinte: confrangedor Senhor Presidente, é chegarmos a esta reunião (eu vou falar calma e pausadamente para que toda a gente possa entender e perceber ela própria da importância ou não da minha intervenção).

Em primeiro lugar, confrangedor, triste e acima de tudo assustador, é termos a certeza absoluta de que vamos ver o nosso Presidente de Câmara bater-se pela incineradora no concelho de Aveiro desta forma.

Certamente que amanhã na ERSUC será mais um dia negro para a história de Aveiro, sobretudo se for essa a posição que o Senhor lá for transmitir, em nome da Câmara de Aveiro. Como foi triste a posição que o executivo socialista de Aveiro na altura, assumiu a proposta do Dr. Armando França, e aceitou sem votar contra a entrada de mais quatro novos municípios para um aterro previsto para dez. São catorze! E por isso pode o Senhor hoje argumentar que o nosso aterro está a chegar ao limite da saturação — mesmo que o Senhor e esta Câmara, já lá tenham deixado construir mais um alvéolo (ponto 1).

(ponto 2). *É também triste e igualmente assustador, que não se veja na bancada do Partido Socialista uma oposição determinada e determinante contra este tipo de situação.*

(ponto 3). *Nunca misturei nestas intervenções que aqui fiz hoje ciência com política, nem política com ciência etc., etc. Fui muito directo, muito frontal, muito objectivo e falei em nome de uma bancada que aqui legitimamente representada por vontade popular. E por isso mesmo lhe digo na cara (se o Senhor quiser para mim olhar), mais uma vez, não há dinheiro por incineradoras. E o Senhor sabe que eu sei que o Senhor sabe que eu sei (agora é ao contrário).*

Mais... sem ciências, sem política, e eventualmente dirá o Senhor para toda esta gente que não percebe nada do que eu digo “sem razão, sem ciência, sem política e sem razão” olhos nos olhos e cara a cara digo-lhe já: incineradora em Aveiro não! Viu, rimei e até rimei bem.”

Vogal Raúl Martins (PS)

c

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Presidente da Mesa

“Deu entrada na Mesa, um documento apresentado pela bancada do PSD sob o tema “Incineração e Saúde Humana”. Este documento irá ser fotocopiado e distribuído oportunamente ao Senhor Presidente da Câmara e aos líderes de bancada e a todos os que manifestarem interesse.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:

“Eu gostava de reafirmar aqui perante todos, que a Câmara de Aveiro amanhã irá ouvir, saber se de facto o Conselho de Administração da ERSUC e o Governo fizeram os estudos complementares do ponto de vista ambiental e financeiro. E evidentemente não tomaremos nenhuma decisão sem estarmos intimamente convencidos de que essa é a melhor solução e a melhor decisão para os interesses do município. E não o faremos - dado o processo que se gerou - não o faremos nunca sem informar primeiro as populações e sem que todos os esclarecimentos, seja qual for o sistema. Porque o outro sistema de que hoje praticamente não se falou que a QUERCUS sustenta, também tem muitos inconvenientes. E portanto seja qual for o sistema que a ERSUC venha a adoptar, a Câmara de Aveiro assume aqui o compromisso de tornar a conversar com a população, com os seus legítimos representantes e com todas as pessoas que quiserem ser esclarecidas antes da concretização desta decisão.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu por encerrada a terceira reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 22 de Março (2.^a feira), pelas 20:30 horas, no auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, para a qual seguirá convocatória nos termos regimentais.

Eram 24:00 horas do dia 09 de Março de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)